



Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 07/10/2024 10h às 11h40

Local: remota via Microsoft Teams

Pauta:

- Aprovação versão final Manual Nível de Acesso
- Alternativas ao Censo Previdenciário
- Treinamento Pro-Gestão
- Deliberação solicitação Estado do Mato Grosso

DESENVOLVIMENTO: Verificada a presença dos membros relacionados abaixo, o Coordenador da Comissão Daniel Belmiro deu início a reunião, falando sobre o planejamento do evento que se pretende fazer em Brasília de incentivo quando devem ser convidados todos os entes certificados para receberem simbolicamente o certificado, contando com a participação do Secretário e do Ministro, possivelmente no meio do ano. Daniel Ribeiro perguntou se houve avanço da proposta do programa de conformidade para os entes certificados, onde se vai buscar institucionalizar incentivos para quem tem Pró-Gestão no sentido de não sofrer a fiscalização. Daniel Belmiro informou que esse conjunto de ações que incluem até mesmo a dilatação do prazo do CRP para quem tem pro-gestão deverá entrar no plano de ação para 2025, assim na reunião mensal de dezembro já

devemos iniciar as ações preparatórias. Citou ainda o projeto em andamento na coordenação chamado Acompanhamento Fiscal que irá identificar a situação dos entes por meio dos documentos enviados ao CADPREV. Em razão das prioridades do nível de acesso e alternativas ao censo previdenciário essa ação ficou pendente, mas iremos avançar em 2025. Prosseguindo Daniel iniciou as discussões sobre o manual da certificação de acesso, o qual todos tiveram até final de setembro para apresentar suas contribuições as quais foram consolidadas pelo Gustavo Starling. Daniel Belmiro colocou que em relação ao item sobre a Pré-auditoria, verificamos que o trabalho não é como de consultoria que trabalha na melhoria dos processos e ajustes necessários a conquista da certificação, a entidade apenas verifica se o ente alcançou ou não as ações e envia relatório e esse formato não traz a eficácia necessária de auxílio ao ente no cumprimento das ações necessárias para chegar a certificação por isso é importante que possamos criar a possibilidade de treinar preliminarmente o ente federativo para que ele entenda o processo junto com sua equipe. Nesse contexto está sendo incluído o item 3.2 no manual de nível de acesso para tratar do treinamento da equipe. Vamos incluir também no manual o modelo de plano de ação para que o ente não precise ficar buscando em outros links. Daniel Belmiro informou a todo que no dia 14 de outubro haverá reunião do CNRPPS e que ele fará apresentação da proposta de inclusão do nível de acesso na PT 1467/2022. Irá apresentar também a proposta de criação do programa de conformidade para quem tem Pró-Gestão. Esperamos que até final de outubro a portaria esteja pronta para lançarmos o manual da certificação de acesso ao Pro-Gestão. Sobre o treinamento da Enap já comentado pelo Daniel Kravetz Daniel Belmiro disse que a Marcia refez o curso e pediu que desse suas impressões. Marcia colocou que achou fraco para atendimento as nossas demandas atuais, o treinamento é todo teórico e fala muito da parte introdutória histórica do programa por ser de 2015 quando o programa foi implantado e havia a necessidade de se fazer esse histórico, e que agora já é bastante conhecido, portanto acredita que não atende as nossas expectativas atuais e nem mesmo uma atualização resolveria pois é todo texto em pdf e estamos buscando algo mais interativo. Daniel Belmiro cogitou de nós mesmos fazermos o material em forma de vídeos utilizando nosso ambiente no youtube, ou ainda em parceria com as associações. A Silvana colocou que em novembro vai fazer uma capacitação sobre o Pró-gestão em Maringá e que para 2025 a associação planeja promover oficinas durante os eventos estaduais, principalmente por ser um ano que deve trazer muitos novos gestores em razão das eleições. É preciso tirar esse mito de dificuldade e fazer eles entenderem que o projeto só traz benefícios para o RPPS, ressaltou ainda que graças a manualização e mapeamentos dentre outros processos

de trabalho advindos do pro-gestão no Maringá previdência será muito mais fácil a transição com a nova gestão eleita. Daniel Belmiro ressaltou a importância das videoaulas que são bem mais didáticas. Precisamos construir um modelo que dê acesso a todos. Importante o ente ter acesso a todo tipo de informação e buscar a que mais se identifica. Daniel Ribeiro disse que também está formatando uma oficina em Salvador e que pretende anteceder a reunião do conaprev que será sediada em Salvador em Março/2025. Mencionou ainda o evento que é promovido pela CNM para os novos prefeitos que poderá contar com esse assunto. Daniel Belmiro ressaltou que o evento já está no radar e que tem conversado com o Alex que precisamos focar em dar efetividade ao programa, Daniel Ribeiro colocou a importância do programa de conformidade para a boa prática previdenciária e o ente ainda ficará imune de fiscalizações porque já demonstra em seus processos que tudo está caminhando como deve, inclusive com o CRP administrativo. O Marcos completou que pode verificar ações junto as escolas de contas para introdução do tema nos cursos dos tribunais, além de colaboração no sentido de disponibilizar a estrutura do tribunal para construção dos cursos, ou mesmo buscar cursos não necessariamente do Pró-Gestão, mas que auxiliem nessa jornada, tais como planejamento estratégico e outros que possam ajudar diretamente por serem competência necessária para boa gestão. Daniel Belmiro ressaltou que queria formar, na verdade, um conceito que a receita trabalha há muito tempo, que é o de trilha de capacitação. Então, assim, o ente percorre a trilha, identifica quais são os treinamentos que seriam ideais para ele construir um nível para iniciar o trabalho de certificação e colocamos esses treinamentos na trilha que ele deve percorrer. Regina colocou que a aneprem também pode oferecer oficinas durante os eventos como faz no comprev. Daniel Belmiro colocou que precisamos preparar o material para o treinamento com a maior brevidade e vamos nos organizar para preparar vídeoaulas e entregar junto com o manual. Prosseguindo Daniel Belmiro trouxe para a discussão a solicitação do estado do Mato Grosso sobre o item 3.2.6 que trata da política de investimentos. A questão da “aprovação” pelo conselho fiscal trazida no manual tem trazido excesso de burocracia e não traz tanta efetividade considerando que o conselho deve monitorar, acompanhar, fiscalizar e não necessariamente aprovar a o relatório dos investimentos já feitos, mas deve apresentar relatório de conformidade, de análise técnica. Foi aprovado por unanimidade e será incluído no item 3.2.6, na aba que trata do nível I “Entende-se por aprovação do conselho fiscal, parecer emitido por esse colegiado que demonstre a sua conformidade, devendo ser emitido com periodicidade mínima trimestral.” Será inserido na próxima versão do manual e enviada recomendação às entidades certificadoras para efeito imediato, visando não comprometer

as auditorias já programadas. Márcia colocou a importância de ser inserido no planejamento 2025 a melhoria na linguagem do manual, para tornar mais simples e de fácil entendimento. A Rosana ratificou a importância de deixar o manual mais claro pois muitas vezes o auditor tem o entendimento equivocado por não estar tão claro. Prosseguindo Daniel Belmiro passou para a outra pauta sobre as alternativas ao censo. Foi realizada reunião no departamento com a participação do Alex, Daniel Belmiro, Luciana Coordenadora-Geral de Atuária e Investimentos, Alan auditor e atuário, Claudia Coordenadora-Geral de Legislação e Normas e Marcia e concluiu-se que um conjunto de procedimentos que existem hoje seriam capazes de substituir ou, na verdade, ser o próprio Censo, porque esse é o conceito. Nós não estamos eliminando o censo previdenciário. O censo continuará sendo exigido mas aqueles que atenderem pontos que serão colocados no manual, poderão substituir, tais como atualização cadastral, eSocial, poderão se eximir de realizar o censo tradicional. Todas as ações devem ser detalhadas no manual. Deverá contemplar todas as informações necessárias a avaliação atuarial, mas não necessariamente com a realização do censo previdenciário que é o que causando entrava em razão dos altos valores. O maior problema tem sido o SIRC que os entes são unânimes em relatar as dificuldades na contratação, conforme relatou o Daniel Ribeiro que levou dois anos e está tendo dificuldades para renovar, além da Lea que colocou que tem mais de um ano que vem tentando sendo sucesso, mesmo sendo um sistema pago. Daniel Belmiro colocou que é possível que em outubro tenhamos a normatização que tem o Sirc no comprev, serão mais de 30 milhões de acessos, mas que precisam ser utilizados com rotinas estruturadas para não se utilizar acessos desnecessários. Daniel Kratvetz colocou que diante dessas colocações não cabe mais polemicas e é aguardar a entrega do sistema e que é importante que o SIRC seja uma alternativa, não uma exigência, e havendo outros sistemas atendam com a mesma eficácia devem ser aceitos, como é o caso do Estado do Paraná que utiliza o eSocial e prova de vida. Daniel Belmiro colocou que se não acontecer conforme esperado, buscaremos outras alternativas que atendam a ação. Para os ativos será aceita a validação cadastral desde de que o ente cumpra os itens que faremos constar no manual, que serão extraídas no artigo 36 da PT 1467/2022, incluindo o envio do eSocial eventos 1202,2206,2206 e cumprimento do cronograma para o RPPS. Daniel belmiro lembrou ainda que conforme norma atual para o comprev o ente deverá estar em dia com os eventos obrigatórios do eSocial, Daniel Kravetz lembrou o entendimento de que para fins de pro-gestão não são necessários eventos de servidores vinculados ao Regime Geral , conforme já disposto no manual e precisamos manter esse entendimento.

ENCAMINHAMENTOS:

- Daniel Belmiro irá enviar ao grupo o Manual revisado da Certificação de Acesso.
- Irá ainda passar o detalhamento das ações necessárias como alternativa ao censo para fechar nova versão do manual Pro-Gestão em novembro
- Irá acompanhar para passar as notícias sobre o avanço do SIRC no comprev

ENCERRAMENTO:

Não havendo mais pronunciamento, o Coordenador Daniel deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.

Em 07 de outubro de 2024

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Participaram desta reunião: Daniel Belmiro Fontes-MPS Márcia Lúcia Paes Caldas-MPS; Gustavo Lopes Sinay-MPS, Charles Souza Lima-MPS, Gustavo Alberto Starling Soares-MPS, Maria Silvana Barbosa Frigo APEPREV, Daniel Kravetz-PARANAPREVIDENCIA, Lea Praxedes-ASPREEVPB, Maria Regina Ricardo Ribeirão Preto-SP, Marcos Ferreira Silva-TCE-RJ, Daniela Benayon-Manaus Previdência, Rosana Maria Souza, Jaraguá do Sul-SC, Daniel Ribeiro Salvador-BA, Sílvia Lins-Funape-PE